



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SOSSEGO (ITARANA-ES) NO CONTEXTO DA POLÍTICA BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS**

Laura Mariano Quarentei

LabGest – Laboratório de Gestão de Recursos

Hídricos e Desenvolvimento Regional e

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Espírito Santo

[lauraquarentei@hotmail.com](mailto:lauraquarentei@hotmail.com)

Gisele Girardi

LabGest – Laboratório de Gestão de Recursos

Hídricos e Desenvolvimento Regional e

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Espírito Santo

[gisele.girardi@pq.cnpq.br](mailto:gisele.girardi@pq.cnpq.br)

### **INTRODUÇÃO**

Desde o estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos do Brasil (PNRH), (BRASIL,1997), há um processo relevante de transformações institucionais, políticas e sociais relacionadas com a água e as que desdobram de seu uso, qualidade e disponibilidade, tais como questões saúde, economia, meio ambiente, etc. Estas transformações respondem a demandas político-econômicas em diversas escalas e desdobram em ações e políticas desmembradas também em diversas escalas, de acordo com especificações da própria legislação.

Assim, a gestão das águas no Brasil atualmente revela um conjunto complexo de propostas e práticas estruturais e não estruturais. Embora pareça evidente afirmar que uma política de águas deva buscar maior disponibilidade hídrica, a análise mais apurada das bases que fundamentam a política de águas do Brasil revela que há um projeto maior de proposição de interfaces da gestão das águas com políticas de uso do solo,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ambiental e econômico-social, baseado na relevância de demandas múltiplas (VIEGAS FILHO, 2004).

A bacia hidrográfica como unidade-base da implementação da Lei prevê a descentralização, pois deverá partir deste recorte localizado a construção de novas dinâmicas previstas na política de águas. Como novas dinâmicas pode-se citar a inserção das comunidades locais como base multiplicadora de práticas sustentáveis voltadas para a preservação da água e a construção coletiva de projetos locais, tomando como coletividade a convergência das instâncias poder público, sociedade civil e usuários. Estes são os aspectos da integração e participação também previstos na Lei.

Pode-se afirmar que a observação, a análise e a compreensão do território apropriado ou socialmente construído, como é o caso da bacia hidrográfica, precisa considerar necessariamente que aquele território é historicamente condicionado; que aquele território é singular, ou seja, tem especificidades locais que o tornam único com relação a outros e que o que caracteriza aquele território é a forma como ele se relaciona com o todo, com a totalidade, com o global ao qual se adapta e se contrapõe enquanto localidade.

Portanto, assumir a pequena bacia hidrográfica enquanto recorte não diminui, necessariamente, a complexidade das relações que ali se estabelecem e que condicionam usos e ocupação. Se pensados a partir das dinâmicas locais, os objetivos da política de águas prevêem mudanças de práticas individuais e coletivas que sugerem viabilizar a sustentabilidade. Porém sua viabilidade pode demandar a transformação da história própria de um grupo social, das suas maneiras particulares de se relacionar com o mundo e com as mudanças.

O presente trabalho, desenvolvido como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (QUARENTEI, 2010), busca apresentar algumas reflexões acerca da bacia hidrográfica como unidade de gestão e suas escala de análise, utilizando como estudo de caso as dinâmicas sócio-espaciais na bacia hidrográfica do córrego Sossego, em Itarana (Espírito Santo-Brasil), que é um local no qual se desenvolvem ações e pesquisas que tomam a política de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

recursos hídricos como modelo de gestão descentralizada e participativa para tratar de desenvolvimento local/regional, tendo a água como elemento de integração.

### **Sobre bacias hidrográficas, escalas e territórios**

A análise da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão é um exercício para a compreensão da complexidade que o tema envolve. Tomada simplesmente enquanto unidade delimitada por seus divisores de água, pode se tornar apenas um produto físico, ou seja, é definida a partir de elementos da natureza que a modelaram enquanto área drenagem vinculada a um curso d'água. Porém, ainda que seja tomada enquanto um modelo, uma unidade física, pode ser abordada enquanto um conjunto de processos sócio-culturais e econômicos.

Assim, se fisicamente a bacia hidrográfica é uma unidade, na prática social isso não ocorre necessariamente. Dinâmicas diversas, condicionadas por práticas sociais muito distintas das dinâmicas naturais, revelam a bacia hidrográfica múltipla. Ao não se levar em conta essa multiplicidade corre-se o risco de adiar a inserção de agentes locais na gestão, minar a proposta de participação (porque, ignorada a multiplicidade, ignora-se o valor social da água intrínseco a cada lugar), ignorar o fato de que a própria delimitação de bacia hidrográfica enquanto unidade de implementação da PNRH faz dela um novo componente político-institucional.

Parece haver, em termos gerais, certa indistinção entre gestão de águas (meta) e gestão de bacias hidrográficas (instrumento). A política de águas do Brasil estabelece que “a bacia hidrográfica e a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” (BRASIL, 1997). Isso significa que a bacia hidrográfica é a base político-institucional da qual desdobram experiências para a atividade de gestão, ou seja, a bacia hidrográfica não responde a metas a serem cumpridas, mas ao núcleo a partir do qual se desenvolverão as atividades de gerenciamento e planejamento, ou seja, a bacia é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

reconhecida como base para a evolução de um processo descentralizador e participativo ao inserir novos atores.

VIEGAS FILHO (2004) explicita a relevância desta discriminação ao esclarecer que

“embora a gestão das águas seja feita utilizando-se a bacia hidrográfica como unidade estratégica de planejamento, o que está manifesto na própria Política Nacional de Recursos Hídricos (...), existe uma diferença entre esta e o que se denomina gestão de bacia hidrográfica. A gestão das águas diz respeito tão somente às águas ou recursos hídricos, enquanto que a gestão de bacia hidrográfica diz respeito à gestão dos recursos naturais (dentre os quais a própria água) e das atividades humanas que acontecem neste espaço geográfico” (VIEGAS FILHO, 2004, p.12).

Assim, a gestão de águas ou de recursos hídricos tendencialmente volta-se para atividades de inventário, uso, controle e proteção dos recursos hídricos e a gestão de bacias hidrográficas é uma atividade que evolui do conceito de manejo de bacias e foca nas demandas das comunidades agrícolas e vocação potencial das bacias, priorizando o manejo consciente localmente desenvolvido (VISON MUNDIAL, 2004).

As relações entre os atores envolvidos na gestão de recursos hídricos e da bacia hidrográfica podem ser observadas a partir das dominações e apropriações que eles fazem da bacia hidrográfica e do próprio ambiente de gestão. As dinâmicas que levam à dominação e apropriação por parte dos atores caracterizariam processos de territorialização que são processos que refletem a dinâmica transformadora da sociedade (HAESBAERT, 2007).

No tema específico da gestão a abordagem do território (da territorialidade e de territorializações) contribui para a apreensão das dinâmicas locais, revelando como apropriações e dominações podem obedecer a ordens diversas de acordo com os atores que as vivenciam nas diversas escalas em que se inserem num projeto de gestão. Conseqüentemente, contribui com a compreensão da realização geográfica da sociedade, ou seja, sua reprodução no e do espaço.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Não se investe, aqui, na distinção e identificação de territórios culturais, políticos ou econômicos que se relacionariam com determinados atores (instituições, grupos de interesse, usuários). Essa distinção traria uma perspectiva de separação e classificação que estaria “preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não propriamente separável” (SOUZA, 2009, p. 60). Assim o território é tomado como opção na interseção das agendas da política pública da gestão com dinâmicas de comunidade. Essa interseção agrega noções de política e território (leia-se, aqui, Estado, política de gestão, ambiente de gestão e bacia hidrográfica). Parte-se do pressuposto de que o processo de gestão (a política, o planejamento, o gerenciamento) desdobra em inúmeros fenômenos na bacia hidrográfica, independente da escala em que ocorre a apropriação ou dominação das práticas e dinâmicas próprias da gestão por cada um dos atores. Aquilo a que se refere enquanto apropriação diz do resultado do poder no seu sentido mais simbólico de valores do vivido, aproximando-se à noção mesma de empoderamento, enquanto que a dominação diz de um poder no seu sentido mais concreto e funcional. Vale destacar que o poder ao qual se faz referência aqui não é o poder no sentido tradicional da força, mas sim o poder enquanto uma ação que resulta da interação entre indivíduos e que pretende criar um consentimento comum.

A partir deste pressuposto pode-se aproximar a noção da bacia hidrográfica enquanto território múltiplo, ou seja, a bacia assume a condição de um território complexo e diverso e que vai da dominação político econômica à apropriação mais subjetiva, ao longo de um *continuum* (HAESBAERT, 2004).

Naquilo que se refere às apropriações e dominações do território, muitas leituras são possíveis a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos e destes com a bacia hidrográfica. Há desdobramentos no território de ações normativas que são em sua maior parte de caráter econômico e ambiental. Cada ação ou norma gerada traz em si desdobramentos no modo como a sociedade deve se relacionar com recursos naturais e assim vai gerando feições e territorializações específicas. Por sua vez, estas normas e ações entram muitas vezes em confronto com outros tipos de organização social e territorialidade que significam qualidades distintas de relações sociais e da sociedade com a natureza de modo amplo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A abordagem do território complexo e diverso assume uma perspectiva integradora. Autores como SANTOS (2005, 1997 e 1982), HAESBAERT (2007 e 2004), SOUZA (2009 e 1995), ELIAS (2005) e SAQUET (2009), ainda que tragam suas particularidades e bases teóricas diversas, comungam o interesse em encontrar relações lógicas no movimento e na fluidez que se evidenciam na circulação e revelam a multiplicidade de espaços e tempos atuais (e atualizados).

SANTOS (2005, p. 137) afirma que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” e insere o território à lógica da globalização afirmando que a sua nova realidade se dá pela interdependência entre os lugares. Nesse sentido, o autor consegue ver novos recortes para o território, propondo uma reconstrução de contextos através de horizontalidades (localizadas) e verticalidades (mundializadas), ou seja, domínios de contigüidade e domínios de redes (de formas e processos sociais) que possuem funcionalidades diversas no seu acontecer simultâneo. Embora não faça referência explícita a relações de poder, a dominações e apropriações que possam caracterizar o território, o autor insere o controle (e a disputa por este) do território como parte da sua configuração.

ELIAS (2005) apresenta o território enquanto arena política que se pode compreender a partir de dois níveis de questões:

“aquelas produzidas pelas tensões oriundas dos conflitos de interesse que se materializam na *inércia dinâmica* dos espaços territorializados pelas ações e usos da sociedade e aquelas oriundas das ações de diferentes atores institucionais em escalas diferenciadas que afetam o território” (ELIAS, 2005, p. 53).

A autora opõe-se às perspectivas reducionistas e holistas de modelos explicativos, supondo que nem o menor nem o maior nível de análises são os melhores, mas que os fenômenos que caracterizam os territórios políticos são resultado de inúmeras dimensões das relações espaço-sociedade e só podem ser analisados de uma perspectiva que integre a sucessão de fenômenos que acontecem num mesmo espaço, em um mesmo tempo.

Para SAQUET (2009) o território se definiria dadas:



“as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais([i]materiais) com uma miríade de combinações; a construção histórica e relacional de identidades; o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)” (SAQUET, 2009, p. 82)

O autor deixa clara a centralidade do homem na efetivação dos territórios, evidenciando que as relações homem-natureza e homem-homem é que desdobram, a partir de diversos processos, em territórios que, assim como as territorialidades, são multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade, pois

“na natureza o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem, vive relações construindo um mundo subjetivo e objetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território. A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com o seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente” (SAQUET, 2009, p. 87).

Por esta perspectiva a territorialidade, que até este momento se apresentou implícita nas definições de território, se explicita a partir da centralidade do homem enquanto agente transformador. Ela é um fenômeno social, de valorização ou negação de condições, recursos ou eventos que estão em desenvolvimento. Nesse sentido território e territorialidades são intrínsecos. O território usado é dominado, apropriado, produzido e é a territorialidade, ou seja, a qualidade do território, dada pela perspectiva daquele que o domina, apropria e produz, que se territorializa, revelando o caráter transformador, múltiplo, dinâmico do território. Por esta perspectiva pode-se trazer à discussão não só o caráter múltiplo do território, mas o seu caráter transformador a partir dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (*TDR*) que desdobram da negação ou valorização dos processos em desenvolvimento no território.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Bacia hidrográfica, escalas e territorialidades são, assim, elementos fundamentais para o entendimento das dinâmicas sócio-espaciais. Abordaremos a seguir a trajetória de construção do Projeto Sossego como experiência voltada ao aprendizado da gestão integrada e participativa, referenciada na Política Nacional de Recursos Hídricos, mas valorizando a escala local.

### **Bacia do córrego Sossego: dinâmicas sócio-espaciais e territorialidades**

A bacia hidrográfica do córrego Sossego, localizada na zona rural do município de Itarana, no Espírito Santo, tem sido foco de várias pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Espírito Santo, em particular pelo Grupo de Estudos e Ações em Recursos Hídricos – GEARH e pelo Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional – LabGest. Em 2002 pesquisadores do GEARH-Ufes buscavam o aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre a gestão das águas, como forma de contribuir com as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Foi, então, estruturado o Projeto GEARH-NES, sigla para o projeto “Desenvolvimento de instrumento para a Gestão dos Recursos Hídricos do Norte do Estado do Espírito Santo” (GEARH, 2003). Naquele momento o norte do Espírito Santo chamava a atenção como área-problema devido ao episódio da seca severa que ocorria na região.

O grupo tinha ciência de que qualquer estudo sobre a gestão dos recursos hídricos, para se efetivar, deveria contar com parcerias além do âmbito estrito da Universidade. Assim, foram parceiros no projeto GEARH-NES o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (SEAMA) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). O grupo precisava escolher áreas para poder aprofundar suas pesquisas e foi feito um estudo para a escolha das bacias-piloto (TEIXEIRA et al, 2003), com os seguintes critérios: 1. Escassez de informações hidrológicas; 2. Carência de recursos hídricos para abastecimento público e para outras atividades importantes para o desenvolvimento regional; 3. Condições de saneamento básico que pudessem comprometer os recursos hídricos; 4. Degradação da qualidade dos corpos d’água; 5. Degradação da bacia hidrográfica; 6. Condições de posse da terra, com pequenas propriedades, diversidade de uso e ocupação do solo e de

características geomorfológicas; 7. Condições sócio-econômicas desfavoráveis por influência da disponibilidade hídrica (qualidade e/ou quantidade); 8. Nível de atuação quanto à extensão rural de forma a facilitar os trabalhos de campo e obtenção de informações; 9. Facilidade de acesso; 10. Infra-estrutura disponível para apoio de campo, incluindo a existência de local para acomodação e alimentação, segurança para instalação de equipamentos, etc; 11. Existência de Comitê de Bacia. A escolha da bacia do córrego Sossego como bacia piloto advém deste estudo.

A bacia do córrego Sossego (inserida na bacia do Rio Santa Joana, sendo esta uma sub-bacia do Rio Doce), localizada no município de Itarana-ES (Figura 1), engloba as micro-bacias dos Córregos Penedo, Bananal, Sossego, Santa Helena, Matutina, Baixo Sossego e Córrego Barra do Sossego (Boa Vista). A ocupação se deu basicamente “por imigrantes italianos a partir do início do século XX, sendo que as primeiras famílias chegaram em meados dos anos 1870” (QUARENTEI, 2008, p. 27).

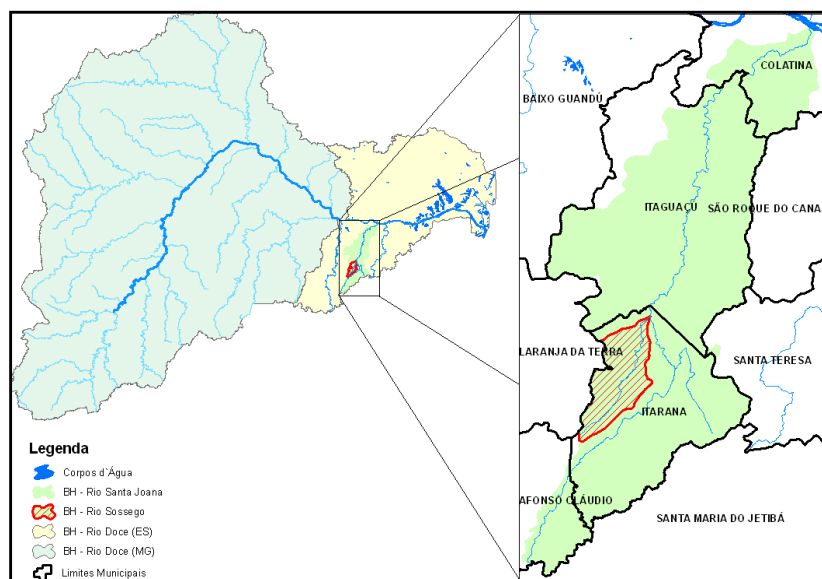


Figura 1 – Localização da bacia do córrego Sossego – Itarana-ES

Fonte: Organizado por Diogo Poloni, 2009 (LabGest)

Caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades predominantemente rurais em propriedades agrícolas de base familiar (GEARH, 2003) e apresenta-se, ao longo do seu histórico de produção agrícola, como uma significativa fonte de produção alimentar que

abastece regiões de entorno, bem como a região metropolitana da Grande Vitória, promovendo a fixação de aproximadamente 200 famílias no campo (SEBRAE, 2006).

Em termos de zonas naturais, conforme proposto pelo INCAPER (1999), o município de Itarana se caracteriza pela ocorrência de terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas (44,30%), terras quentes, acidentadas e secas (33,90%) e terras frias, acidentadas e chuvosas (21,80%). A precipitação média no município é de 960 mm. Os períodos secos vão de maio a agosto e os períodos úmidos de outubro a abril. Na bacia do córrego Sossego ocorrem estas três zonas naturais, fortemente determinadas pela altimetria. Além disso, para o Espírito Santo em geral, e para o Sossego em particular, há uma regra geral da ocupação das terras quentes e frias, sendo as primeiras de ocupação das famílias migrantes no processo de colonização italiana, com café, e as segundas geralmente de ocupação germânica.

Na bacia existem 12 comunidades que historicamente se organizam em torno dos sub-afluentes do córrego Sossego (Figura 2).

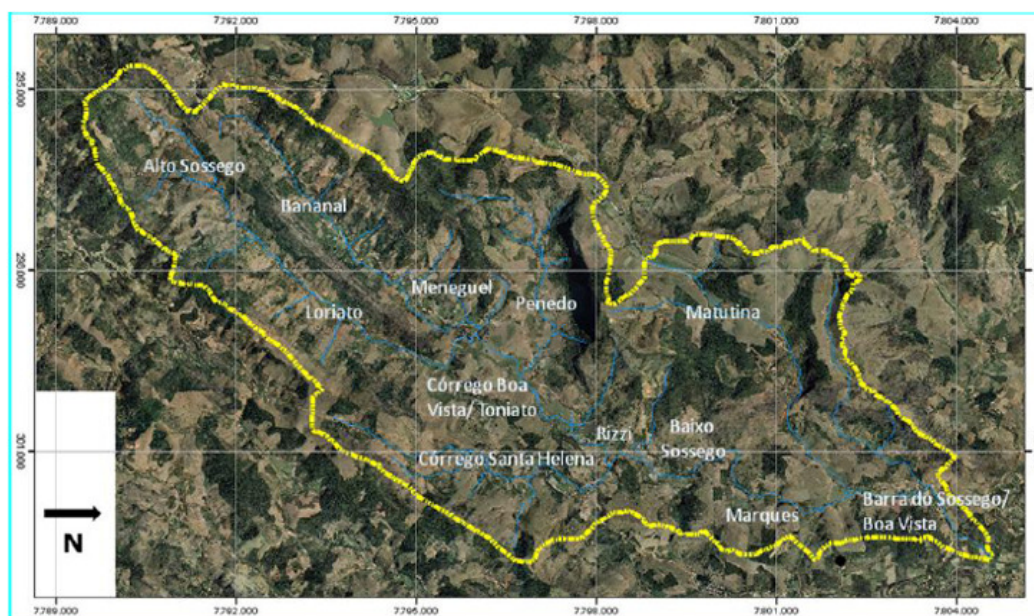


Figura 2 – Imagem de satélite com a localização das comunidades da bacia do córrego Sossego.

Fonte: Organizado por Diogo Poloni, 2009 (LabGest), com base em imagens cedidas pelo IEMA/2008.

Os dados obtidos no âmbito dos projetos iniciais permitiram diagnosticar aspectos sociais, econômicos, ambientais, políticos e institucionais do Sossego e avaliar a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

disponibilidade de água na região. Trouxeram como fatos relevantes o uso intensivo da terra e a identificação de conflitos pelo uso da água. Naquele momento foi constatado que a quantidade de problemas a serem solucionados era grande, e extrapolavam as possibilidades da execução da pesquisa científica, estritamente. Seria necessário o esforço de muitas pessoas e instituições para buscar soluções. Instituições que até então atuavam como parceiras na execução do projeto de pesquisa (como viabilizadores logísticos, fontes de pesquisa e beneficiários dos resultados das investigações) e outras passam a se articular, culminando na estruturação do Projeto Sossego, cujo escopo central era a sustentabilidade de comunidades rurais de base familiar e apresentava como metas: aumento da produtividade de café, inhame e banana na bacia; aumento da renda média familiar das propriedades rurais da bacia; redução do índice de esquistossomose na bacia; aumento da cobertura florestal nativa e implantação de floresta plantada na bacia; garantia da vazão mínima do córrego.

Basicamente, o Projeto Sossego apresenta-se dividido em 3 fases. Na primeira fase (entre os anos de 2002 e 2005) objetivou-se obter um panorama geral da realidade da comunidade e as atividades iniciais focaram o diagnóstico sócio-econômico, ambiental, biofísico e político-institucional, a avaliação da disponibilidade de água superficial, a identificação de conflitos pelo uso da água e de parceiros potenciais para a segunda fase. Na segunda fase (período 2006-2008), buscou-se entender em maiores detalhes pontos críticos observados, tais como o uso da água na agricultura irrigada e a formação do território, a redução do índice de esquistossomose, o incentivo quanto ao empreendedorismo e ao cooperativismo e importância da cobertura vegetal. O projeto encontra-se hoje em sua terceira fase (a partir de 2009) em que se verifica um amplo processo de mobilização da comunidade e de fortalecimento de parcerias entre os diversos segmentos da sociedade.

A abordagem adotada no âmbito do Sossego objetiva a proposição de estratégias adequadas à realidade local evitando a imposição de “pacotes prontos”, ou seja, a aplicação de uma ciência que apenas “observa/formula/impõe”, mas sim uma ciência que oferece à sociedade ferramentas e alternativas para a definição conjunta da melhor forma de lidar com seus problemas e potencialidades específicos. É nesse contexto que a abordagem construtivista e participativa adotada na bacia do Sossego vem permitindo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

que a comunidade esteja efetivamente envolvida no desenvolvimento das atividades no âmbito do projeto (LOPES, 2011)

Sinteticamente, estas abordagens tem como diretrizes o aprendizado da gestão integrada por parte das instituições parceiras, o aprendizado da gestão participativa, integrando instituições e comunidades. Para sua viabilização constituiu-se, inicialmente, o Grupo Gestor do Projeto Sossego, composto pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Espírito Santo (representada pelo LabGest), Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER, escritório de Itarana), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF, escritório de Itarana), Prefeitura e Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Agricultura e de Obras, Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sossego (APEPRUS), Polícia Militar Ambiental (batalhão de Itarana), Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Itarana e Cooperativa Agropecuária de Itarana (CAPIL). A composição do grupo gestor é flexível na medida em que tem como perspectiva o aumento das instituições integrantes. A origem deste grupo advém de um processo inicial de parcerias. Contudo, marca sua efetivação uma sondagem sobre “apoio da instituição junto ao Projeto Sossego” e “apoio do Projeto Sossego para a instituição”. Pode-se avaliar este momento como um primeiro na reflexão das instituições quanto às possibilidades de integração de ações por intermédio do Projeto Sossego, embrionário de futuras ações de gestão integrada.

No segundo semestre de 2009 o grupo gestor e membros da comunidade reuniram-se e decidiram pela estratégia de realizar mobilização social, apresentando dados sobre o Projeto Sossego em cada uma das 12 comunidades da bacia do Sossego. As comunidades reuniram-se após as apresentações e elegeram, cada uma, três representantes, sendo necessariamente uma mulher. Este grupo de representantes eleitos compõe o Grupo Coordenador da Comunidade. O gráfico a seguir (FIGURA 3), comparando o número de participantes nas reuniões da mobilização com o número de propriedades em cada bacia /comunidade, revela o grau de representatividade do Grupo Coordenador da Comunidade no contexto da bacia .

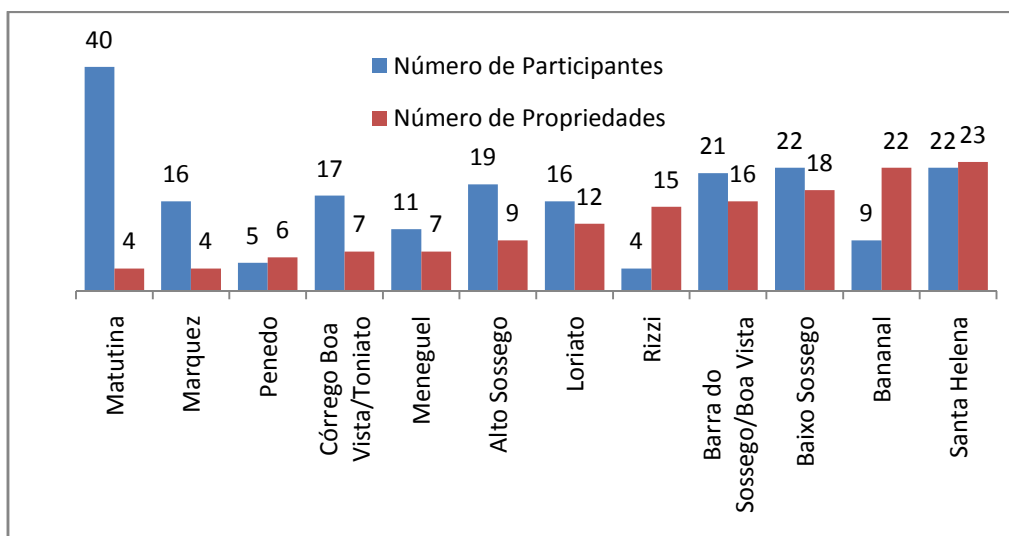


Figura 3 – Indicador da representatividade: Número de participantes nas reuniões de mobilização para a terceira fase do Projeto Sossego (listas de presença) em relação ao número de propriedades (dados do T0/SEBRAE), em cada bacia /comunidade do córrego Sossego.

Fonte: Organizado por LabGest, 2010.

Dois eventos serão apresentados como representativos da construção de relações entre instituições e comunidades, que podem ser consideradas novas territorialidades e, portanto, novas práticas sócio-espaciais: a construção coletiva do diagnóstico/proposições e as ações em torno da aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na bacia .

O primeiro encontro formal envolvendo instituições e representantes da comunidade ocorreu em setembro de 2009 e dele destaca-se o diagnóstico elaborado conjuntamente pelos Grupos Gestor e Coordenador da Comunidade. Este diagnóstico foi constituído com a seguinte metodologia: 1. Divisão do grupo coordenador da comunidade em três sub-grupos, sendo um composto somente de mulheres, com a proposta de incentivar o debate sobre problemas que ocorrem no Sossego, sem qualquer direcionamento de tema. Estas discussões foram registradas pela equipe de apoio (membros do LabGest). 2. Sistematização dos registros em grandes conjuntos e subconjuntos de temas; 3. Divulgação na comunidade dos temas e subtemas sistematizados, solicitando novas sugestões a serem encaminhadas aos respectivos representantes. Após o levantamento e concordância da comunidade quanto a estes temas, novo encontro foi realizado (em dezembro de 2009) composto das seguintes etapas: 1) atribuição de notas de cada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

comunidade aos temas sistematizados/incorporados, gerando um quadro de prioridades para a bacia ; 2) composição de grupos com membros de comunidades distintas para identificar, para cada subtema, as metas, os parceiros e os compromissos da comunidade para a realização das metas; apresentação das propostas ao coletivo, discussão e votação. O documento gerado foi distribuído a todas as comunidades e ao Grupo Gestor, e tem guiado as propostas e ações na bacia , incluindo proposição de ações e projetos de pesquisa.

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA) tem sido acionado pelo Ministério Público Estadual (MPE) no que se refere à adoção de ações para diminuição de conflitos pelo uso da água, por meio da aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) em várias bacias hidrográficas do estado do Espírito Santo em que os conflitos pelo uso da água advém, principalmente, da intensificação da irrigação. O TAC esteve prestes a ser aplicado na bacia do Sossego. Contudo, em virtude das atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Projeto Sossego, o MPE determinou que o instrumento não fosse aplicado pelo IEMA, pelo menos num primeiro momento, o que pode ser avaliado como reconhecimento, por parte destes órgãos, da potencialidade de experiências como a do Projeto Sossego como modelo de gestão local de águas no nível de bacia.

### **Considerações finais**

A bacia do córrego Sossego apresenta elementos relevantes para se investigar como as dinâmicas sócio-espaciais constróem as territorialidades e escalas de ação locais, ao mesmo tempo em que são construídas por elas. Seu estudo apresenta o desafio da compreensão das possibilidades de integração efetiva das políticas públicas setoriais e dos mecanismos de empoderamento de informações sobre a co-responsabilidade pelas águas por parte dos membros da comunidade, o que pode fornecer indicadores relevantes em relação à capacitação de membros da comunidade para futura



participação em processos formais de gestão, atuando, portanto, em outras escalas, como a dos comitês de bacias hidrográficas.

O exercício contínuo de envolvimento social nas questões da gestão da água (e, em consequência, do território) tende a tensionar e promover transformações no modo tradicional do entendimento das regulações jurídicas (baseadas em mecanismos de comando-e-controle) para possibilidades mais flexíveis, com o compartilhamento ou co-responsabilidade na gestão, encaminhando para a consolidação de práticas de gestão participativa e adaptativa, contribuindo com o aperfeiçoamento da gestão democrática.

### **Agradecimentos**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), ao Projeto Sossego e ao Prof. Dr. Edmilson Costa Teixeira, pelas valiosas colaborações a este trabalho.

### **Referências**

BRASIL. *Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997* Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos...

ELIAS, Iná . *Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GEARH. Projeto Desenvolvimento de instrumento para a Gestão dos Recursos Hídricos do Norte do Estado do Espírito Santo - GEARH-NES - *Relatório Final*. 2003

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3ª Ed. RJ: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Disponível em <[www6.ufrgs.br/petgea/artigo/rh.pdf](http://www6.ufrgs.br/petgea/artigo/rh.pdf)>. 2004. Acesso em 2009.

INCAPER. Mapa de Unidades Naturais. EMCAPA/NEPUT, 1999.

LOPES, M. E. P. de A. *Avaliação de usos racionais da água na agricultura: desenvolvimento de modelos conceituais e de procedimento metodológico em apoio à co/autogestão de microbacias*. (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2011.

QUARENTEI, Laura M. *Elementos para a discussão do conflito de uso e gestão de água na bacia hidrográfica do Córrego Sossego, Itarana/ES*. (Monografia). Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

QUARENTEI, Laura M. *O uso de escalas de análise para compreensão de dinâmicas sócio-espaciais na bacia hidrográfica do córrego Sossego – Itarana-ES.* . (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2010.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar.* São Paulo, Editora da USP, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.* 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem.* São Paulo: Hucitec, 1982.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma abordagem territorial.* In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 2ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

SEBRAE. Projeto GEOR. Desenvolvimento Regional Sustentável e Gestão das Águas na Bacia do córrego Sossego, Bacia do Rio Doce, Itarana-ES. Relatório Final, 2006.

SOUZA, Marcelo. *Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.* In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 2ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em Geografia, 2009.

SOUZA, Marcelo. *Território: saber, espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In: ELIAS, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L., (Org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, E. C. ; CASTRO, C. B. ; PEREIRA, C. B. ; SANTOS, M. A. R. ; MENDONÇA, A. S. F. . Bacias experimentais: metodologia aplicada para a escolha em estudo de gestão de recursos hídricos. In: *V Simpósio Estadual sobre Saneamento e Meio Ambiente*, 2003, Vitória-ES, 2003.

VIEGAS FILHO, João Soares. *A gestão de recursos hídricos e o papel das microbacias nesse contexto.* Trabalho apresentado no II Simpósio Nacional Sobre Uso da Água na Agricultura. Universidade de Passo Fundo, 2004. Disponível em <[http://www.upf.br/coaju/download/microbacias\\_palII.pdf](http://www.upf.br/coaju/download/microbacias_palII.pdf)>. Acesso em janeiro de 2009.

VISION MUNDIAL. *Manual de cuencas.* Disponível em <<http://www.visionmundial.org.sv/documentos.php?id=392&mostrar=si&cat=4>> . Acesso em abril de 2009.